

Brasil envia telex a credores para modificar termos do acordo

por Cláudia Safatle
de Brasília

O governo brasileiro aguarda até o dia 13 próximo, segunda-feira, a resposta dos bancos credores internacionais ao telex enviado pelo ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, solicitando duas modificações no contrato de renegociação da dívida externa, firmado no ano passado: a suspensão das operações de "releaving" (reemprestimos) planejadas para este ano, exceto para o setor público, e a desvinculação da liberação da parcela de US\$ 600 milhões dos bancos privados da aprovação do financiamento ao setor elétrico pelo Banco Mundial. Somente após a adesão de dois terços dos credores, cuja data limite é dia 13 próximo, é que será possível ao governo brasileiro solicitar a liberação dos US\$ 600 milhões dos bancos.

No telex do ministro da Fazenda aos bancos credores, ele informa que no próximo dia 19 estará em Amsterdã (Holanda) (ver matéria na página 30), quando da reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e realizará uma reunião com os banqueiros internacionais credores do Brasil para expor o plano contra a inflação. Na ocasião, Nóbrega deixará

rá uma posição mais clara do governo quanto ao reinício dos leilões formais de conversão da dívida em capital de risco. Novos leilões poderão ser esperados para abril ou maio, segundo assessores oficiais. Mas no Ministério da Fazenda não se menciona, por enquanto, qualquer compromisso com datas.

Sergio Amaral, secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, que realizou a última negociação com o comitê de bancos, em Nova York, concluída na última terça-feira, disse que essa rodada foi menos complicada que as anteriores, porque já em janeiro passado o comitê estava informado da suspensão do "releaving" e ele próprio havia sugerido a desvinculação do Banco Mundial, dada a falta de horizonte da negociação do empréstimo ao setor elétrico, no valor de US\$ 500 milhões.

Por essa razão, o acordo final foi o seguinte:

- A programação de reemprestimos mensais em 1989, totalizando ao final do ano a quantia de US\$ 1,5 bilhão, foi cancelada. Esse cancelamento envolve, porém, os reemprestimos ao setor privado. Empresas estatais ou estados e municípios brasileiros, porém, poderão ser beneficiá-

dos por operações de "releaving" que financiem a rolagem de suas dívidas externas. Com isso, explicou Amaral, o Tesouro Nacional fica livre de uma parte da rolagem do setor público, com menos pressão sobre o déficit, medida que não resultará em impacto monetário interno.

- As operações de "releaving" acertadas para os meses de novembro e dezembro do ano de 1988, no valor de US\$ 100 milhões cada uma, foram postergadas para os mesmos meses deste ano, embora os cruzados correspondentes sómente sejam liberados em 1990. Para 1990 prevaleceu a programação inicial de realizar operações de reemprestimo no montante de US\$ 1,55 bilhão.

Nessa última negociação, o governo brasileiro acertou a desvinculação apenas da segunda parcela dos financiamentos dos bancos credores, de US\$ 600 milhões. A terceira e última, no mesmo valor, está vinculada ao cumprimento das metas junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), para as quais o governo ainda terá de solicitar "waiver". Em tese, essa última tranche estaria disponível para o País a partir do dia 1º de abril próximo.

Na ótica do secretário do Ministério da Fazenda, o

resultado alcançado na suspensão do "releaving" foi o melhor que poderia ter sido obtido, pois o governo brasileiro trabalha com três hipóteses e os bancos representados no comitê assessor acataram a mais ampla. As alternativas eram:

- Manter o cronograma dos reemprestimos e adiar para 1990 o desembolso dos cruzados, para evitar durante a vigência do Plano Verão uma expansão monetária desmesurada;

- Suspender o deste ano mas garantir as cotas de "releaving" dos bancos, para 1990 e 1991.

- Cancelar as contas de 1989. Essa foi a providência acertada com o comitê dos bancos.

A adesão a essas mudanças contratuais, segundo Amaral, "não deverá constituir problema". Na questão do reemprestimo, o comitê de bancos já representa uma questão de cerca de 50% e precisa atingir, na totalidade dos credores, o equivalente a 66%. No caso do co-financiamento com o Banco Mundial, a situação é um pouco diferente. O comitê corresponde a aproximadamente 30%. Os 2/3 (dois terços) se formariam com os bancos japoneses, além de mais uns seis credores internacionais.

Texto remetido por Mailson

PARA: COMUNIDADE FINANCEIRA INTERNACIONAL
REF.: REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DATA: 7 DE MARÇO DE 1989

Esta comunicação acompanha a solicitação brasileira de apoio formal para a substituição do empréstimo para o setor elétrico por outros empréstimos do Banco Mundial, no contexto de acordo de co-financiamento com os bancos comerciais, parte do Plano Brasileiro de Financiamento, bem como para a modificação no programa de reemprestimos do setor privado. Aprecia-se a uma resposta positiva até o dia 13 de março vindoura.

2. Os anexos à presente comunicação tratam das justificativas para a modificação do acordo com os bancos — o plano contra a inflação, anunciado em janeiro último, e a falta de aprovação, até a presente data, do empréstimo para o setor elétrico por parte do Banco Mundial.

3. A aprovação por parte do Banco Mundial do empréstimo para o setor elétrico, prevista inicialmente para o último trimestre de 1988, não ocorreu até o presente momento. Tendo em vista que as negociações desse empréstimo poderão ser prolongadas, serão consideradas, em substituição, outras aprovações da diretoria, empréstimos e desembolsos do Banco Mundial. Estão sendo negociados junto ao Banco Mundial outros empréstimos para programas de ajustamento (incluindo, por exemplo, os referentes aos setores de comércio exterior e financeiro).

4. O plano contra inflação tem por objetivo atacar todas as potenciais fontes geradoras de inflação. Isso inclui o programa de reemprestimos do

setor privado. Neste contexto, solicitamos a modificação no acordo sobre financiamento paralelo e no acordo sobre facilidades de depósitos plurianuais, de maneira a permitir a suspensão dos desembolsos para reemprestimos do setor privado em 1989. As quotas de novembro e dezembro de 1988 — totalizando US\$ 200 milhões — ficam suspensas por um período de doze meses, e os desembolsos referentes a essas quotas serão feitos no primeiro semestre de 1990. As quotas referentes a 1989 — num total de US\$ 1,5 bilhão — são canceladas. Os reemprestimos do setor público, que não envolvem expansão monetária, serão autorizados com base no acordo existente, de maneira a permitir aos tomadores do setor público ajustar o perfil de suas dívidas.

5. Desde janeiro, o Congresso Brasileiro ratificou as principais medidas do Plano, com a exceção da parte referente à ampliação do programa de privatização, que ora está reexaminando, em regime de tramitação ordinária.

6. O plano contra inflação já demonstra resultados positivos. No âmbito fiscal, o déficit de janeiro foi dos mais baixos. O de fevereiro será ainda menor. O governo tem seguido a nova processualística estabelecida em lei no sentido de gastar apenas o que arrecada.

7. Em fevereiro a inflação caiu para 3,6%, o que representa uma queda significativa em relação a janeiro e a meses anteriores. O congelamento de preços anunciado em 15 de janeiro está sendo mantido e cabe ressaltar que não se registra sinal de desabastecimento. Nota-se maior apoio da população para o plano e o governo está confiante de que poderá ad-

ministrar adequadamente o processo de liberalização dos preços, no momento oportuno.

8. Na área externa, as exportações continuam elevadas. O superávit relativo ao mês de janeiro alcançou US\$ 1,6 bilhão. O programa de liberalização das importações está sendo mantido e até intensificado.

9. Técnicos da área econômica brasileira encontram-se em Washington para prestar esclarecimentos aos economistas do Fundo Monetário Internacional sobre as novas medidas econômicas e sobre os resultados já alcançados. Esses resultados demonstram que o Brasil está seguindo o programa aprovado pelo acordo "standby" com o FMI, e que está alcançando progressos nos objetivos estabelecidos no referido programa.

10. Na recente visita do Presidente Sarney a Tóquio, o Primeiro-Ministro do Japão, Sr. Takeshita, anunciou que seu país está disposto a conceder financiamento, da ordem de US\$ 1,5 bilhão, para uma série de projetos de desenvolvimento apresentados pelo Brasil. Embora esses fundos não sejam objeto de desembolso imediato, acreditamos que esse anúncio reflete o apoio do Governo Japonês para o plano econômico que está sendo implementado pelo Brasil.

11. O Brasil está também empenhado em concluir as negociações bilaterais com países credores, com base na minuta acordada no âmbito do Clube de Paris, no ano passado. O acordo bilateral com o Japão está para ser formalizado. Negociações com o Canadá, Suíça e República Federal Alemã já tiveram início. As negociações com os demais países credores estão previstas para as próximas semanas.

12. Deverá realizar-se no dia 19 de março, domingo, em Amsterdã, quando da Reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento uma apresentação por parte do Ministro da Fazenda do Plano contra a inflação. Maiores detalhes desse encontro serão transmitidos oportunamente.

13. No último semestre de 1988, o Brasil normalizou suas relações com os bancos credores. Acreditamos que agora é o momento para o desembolso da segunda parcela do acordo de financiamento paralelo e da primeira parcela do acordo de co-financiamento dos bancos comerciais. A solicitação de apoio da comunidade financeira internacional para a modificação do programa de reemprestimos e a falta de aprovação do Banco Mundial para o empréstimo para o Setor Elétrico não representam um retrocesso no Plano Financeiro acordado e nenhuma outra modificação nos acordos está sendo prevista no presente momento.

A aprovação das despesas e alterações solicitadas e o consequente desembolso da parcela de US\$ 600 milhões demonstrarão que o Brasil e os bancos credores estão trabalhando conjuntamente, de maneira a acomodar os desenvolvimentos que possam afetar os acordos.

14. O Brasil está implementando um programa abrangente e consistente contra a inflação, que já demonstra resultados. O Brasil pretende manter suas relações construtivas com a Comunidade Financeira Internacional. Contamos com seu apoio e com uma resposta favorável em tempo hábil.

Mailson Ferreira da Nóbrega
Ministro da Fazenda
Elmo de Araújo Camões
Presidente do Banco Central do Brasil